

REVOLUÇÃO MEXICANA, MAGONISMO E ANARQUISMO

Cassio Brancaleone

Em fevereiro de 1911, três meses após a eclosão das insurreições pavimentadas pelo antiporfirismo, gatilho da Revolução Mexicana, Ricardo Flores Magón sentenciava nas páginas do jornal *Regeneración*:

[...] uma revolução que não garanta ao povo o direito de viver é uma revolta de políticos a quem devemos, nós os deserdados, dar as costas. Nós os pobres, necessitamos de uma revolução social e não uma revolução política, isto é, necessitamos de uma revolução que ponha nas mãos de todos, homens e mulheres, a terra que até hoje é patrimônio exclusivo de uns quantos mimados pela fortuna (FLORES MAGÓN, 1911).

A Revolução Mexicana foi uma das mais épicas, fantásticas e trágicas páginas escritas com sangue dos de baixo na história moderna da América Latina. Converge em alguns aspectos com a Revolução Haitiana, que lhe antecede por pouco mais de um século, sobretudo pelo fato de mobilizar fundamentalmente setores populares como protagonistas das ações insurgentes, e, embora tenham produzido resultados distintos¹, ambos os países testemunharam uma dinâmica de institucionalização da revolução que culminou em uma renovada paisagem política das elites (inclusive com recrutamento de elementos oriundos das camadas mais baixas da pirâmide social), associada a reformas redistributivas de médio ou longo alcance sem comprometer a reprodução da estrutura socioeconômica capitalista.

O fenômeno no qual as classes despossuídas protagonizam um processo de ruptura ou colapso social que ameaça o poder político constituído, se alçando à condição de dirigentes do aparato estatal e resultando na reacomodação de privilégios da antiga ordem social, foi chamado de “transdominação” pelo antropólogo Dmitri Samsonov Prieto (2021). Mas é um dilema já conhecido da tradição anarquista, como pode ser percebido

¹ Enquanto o México se apresentava internacionalmente como um Estado Nacional soberano, obrigado a fazer concessões importantes para camponeses e trabalhadores, o Haiti se tornou um Estado pária, vitimado por sanções econômicas oriundas das “indenizações” da independência, culminando em sua ocupação militar pelos EUA em 1915.

na referência de Magón antes citada. Revoluções políticas mudam o quadro administrativo geral da sociedade, modernizam o aparato de dominação e pluralizam as formas de recrutamento das classes dominantes. Revoluções sociais transformam radicalmente a estrutura social e econômica vigente, abolindo hierarquias estabelecidas e fronteiras entre classes e grupos de poder, abrindo espaço para a emergência de uma nova sociedade. Para os anarquistas, a universalização do exercício das liberdades sociais e políticas seria inviável sem a universalização da liberdade econômica, o que significa abolir todo monopólio fundiário e capitalista, com a socialização da posse dos meios de produção, realizada diretamente pelos próprios trabalhadores. Daí a origem e o peso de lemas como “Terra e Liberdade”², e não “Estado popular”³, este último típico das tradições políticas estadocêntricas (como grande parte do marxismo).

Embora as diferenças teóricas entre revoluções políticas e sociais sejam relevantes para compreender o quadro de preocupações e intenções em jogo durante um processo disruptivo que envolve imensas contradições e um heterogêneo grupo de atores sociais (e elas de fato demarcam politicamente ideologias e programas de luta), a realidade sempre é mais complexa, contingencial e refratária a interpretações simplistas. E os exercícios de interpretação da Revolução Mexicana precisam ser sensíveis a isso. Partamos de alguns consensos: o processo insurgente desencadeado no México, no final de 1910, produziu um potente fluxo de ideias democrático-agraristas e contribuiu com um dos mais espetaculares episódios de distribuição de terras já conhecidos em países com um forte legado colonial, como os da América Latina. Formalmente, de 1876 até meados de 1911, o México se apresentava internacionalmente como uma próspera democracia liberal. Os investimentos estrangeiros, especialmente dos EUA, encontraram ali espaço propício para auferir grandes lucros às companhias ianques e suas associadas mexicanas, subtraindo territórios de comunidades indígenas e camponesas, além de se utilizar do suporte autoritário estatal para o recrutamento e o controle da mão de obra (TURNER, 1911). Porfirio Diaz “venceu” todas as eleições que ele concorreu até 1910. Todo o

² O lema “Terra e Liberdade” foi disseminado no México através das páginas do jornal *Regeneración*. Sua origem remonta às palavras de ordem dos *narodniki* (“populistas”) russos “Pão, terra e liberdade”, que teve grande impacto nos círculos anarquistas da Catalunha no início do século XX e a partir daí correu o mundo.

³ Para a perspectiva socialdemocrata clássica, especialmente a de matriz germânica herdeira do marxismo, a criação do Estado Popular (*Volksstaat*) representava o ápice da estratégia operária para sua conversão em classe dominante. A conquista do poder político era entendida como condição *sine qua non* para a socialização (leia-se estatização) dos meios de produção.

sistema administrativo e judicial operava para reconduzi-lo ao poder e silenciar as vozes dissidentes, que significava cooptar e reprimir sistematicamente os opositores.

Uma das partes mais conhecidas na história da Revolução Mexicana é aquela que atribui à ação de caudilhos armados antiporfiristas, em especial figuras como Francisco Madero, o estopim e a deflagração da insurgência. De fato, Madero fez o chamado à rebelião e foi o primeiro presidente provisório a assumir o poder com a renúncia de Diaz em 1911. A esse pedestal se agregam os que lhe seguiram: Huerta, Carranza, Obregón etc. Este universo de personagens, entretanto, se origina do crescente descontentamento de parte das elites aliadas dos espaços de poder pela autocracia porfirista (LOMNITZ, 2016).

Mas há também as histórias do “México profundo”, para usar uma expressão de Guillermo Bonfil Batalla (2019). O processo de modernização capitalista em curso durante o *porfiriato* moveu verdadeiras placas tectônicas, pondo em movimento forças sociais incalculáveis e incontroláveis, que reagiram às dinâmicas de expropriação fundiária e desterritorialização, típicas dos processos de acumulação capitalista. Os levantes camponeses e indígenas, que foram a energia mais criativa e intempestiva da revolução (REED, 1985), não estavam apenas sob controle e direção dos generais ilustrados da elite dissidente, mas produziram suas próprias lideranças políticas e militares, das quais Zapata e Villa são as mais conhecidas e notáveis.

Uma história popular e a contrapelo da Revolução Mexicana necessita rastrear e compreender melhor as diversas formas assumidas pelas manifestações produzidas no mundo dos subalternos (camponeses, trabalhadores e indígenas), em suas conexões com determinados grupos e agitadores sociais (associações, clubes, jornais etc.), irradiando circuitos de insatisfação e conectando práticas e representações insurgentes de várias regiões do país, na conformação do processo revolucionário enquanto experiência compartilhada. A narrativa oficial que impregna o nacionalismo mexicano, muitas vezes, se mistura com a leitura corrente à época, estabelecida durante a própria revolução (na tensão entre o regime de Diaz e seus opositores) (COCKCROFT, 1981). Aliás, essa leitura tende a ser usual na América Latina desde os processos de independência. Daí se confundem correntes de ideias com adesões personalistas (típicas do que se entende como caudilhismo): porfirismo, maderismo, obregonismo, zapatismo, villismo, magonismo etc. Não se trata de negar a existência de personagens que se converteram em lideranças político-militares expressivas e de fato orquestraram determinados eventos, mas sim ter

o devido cuidado para não as reduzir a sínteses de determinadas ideias que se assentaram *a posteriori*, ou pior ainda, se utilizar delas para esvaziar a potência política dessas mesmas ideias⁴.

Importa, pois, assinalar a atuação de algumas correntes de pensamento que atravessaram o processo revolucionário mexicano, contribuindo para aglutinar rebeldes e desencadear muitas ações insurgentes; este é o caso do liberalismo, do agrarismo e do anarquismo⁵. Sabemos que a correlação entre ideias e práticas sociais não é algo que se dá unilateralmente (as ideias orientando a ação), pelo contrário, o processo é recursivo: ideias e práticas sociais se implicam mutuamente. Trata-se, antes de tudo, de destacá-las enquanto aspecto da realidade que contribui para a compreensão de um quadro mais amplo da história do processo revolucionário, no bojo das tensões entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006).

O liberalismo é uma das primeiras doutrinas políticas a deitar raízes no México moderno e percorreu a América Latina como principal ideologia *criolla*⁶, durante os conturbados processos de independência na região. No México, os próceres da luta anticolonial, Miguel Hidalgo e José Morelos, e o presidente Benito Juárez, que resistiu à tentativa de ocupação francesa do país entre 1861 e 1867, são figuras representativas do liberalismo mexicano que, em sua versão mais disseminada, veiculava, como princípios e propostas, a liberdade de associação e de imprensa, a submissão das forças militares às autoridades civis, a reforma agrária e, em que pese Hidalgo e Morelos serem sacerdotes, veio acompanhado de um notório anticlericalismo. As preocupações com valores como democracia e justiça social explicam em grande medida o lugar ocupado por um certo liberalismo como ideia-força no imaginário político mexicano moderno, e é importante destacar isso para entendermos o contexto de formação do que veio a responder por “magonismo” adiante.

⁴ É curioso que tenha sido Enrique Flores Magón quem, depois da morte de seu irmão Ricardo e a convite do Estado mexicano, presidiu uma fundação responsável por organizar a “memória” dos principais atores políticos considerados precursores da Revolução, tendo, portanto, parcela de responsabilidade no processo de produção dos mitos nacionais que passaram a representar sua fase de institucionalização.

⁵ Sabemos que o desenvolvimento da revolução não pode ser reduzido esquematicamente a essas ideias, embora certamente elas a favoreceram ou se apresentaram como sua expressão em determinadas etapas. O positivismo dos chamados “científicos” bem como outras linhagens do pensamento socialista também compõem parte do complexo mosaico de concepções de mundo que atravessaram a Revolução Mexicana, em distintos pontos do espectro ideológico.

⁶ Nos países latino-americanos de língua hispânica, o termo designa descendentes de espanhóis nascidos na colônia.

Se a luta contra o regime autocrático de Porfirio Diaz (traduzido na convocatória antirreelecionista) pode ser considerada o principal gatilho da revolução (e aqui o discurso da oposição liberal encontrou maior ressonância), não há dúvidas de que o rastilho de pólvora só incendiou porque havia inquietação social e distúrbios populares explodindo no campo e nas cidades. É no andar de baixo, especialmente entre populações indígenas e camponesas, que essa insatisfação gerada pelas dinâmicas de modernização (entenda-se: expropriação de terras, desterritorialização da força de trabalho e mercantilização da vida) produziu alguns avatares da insurreição popular, como os já mencionados Zapata e Villa. O agrarismo pode ser lido como um conjunto de ideias que alimenta uma visão de mundo baseada na dignidade do modo de vida do campesinato e sua comunidade. A revolução mexicana, portanto, foi sobretudo uma revolução agrária, tanto pelo peso dos setores sociais empobrecidos do campo entre seus protagonistas quanto pelo que ela fez por eles no que tange à política de redistribuição de terras. Nesse sentido, o agrarismo ganhou corações e mentes dos mexicanos, convertendo-se no próprio cerne do discurso e da prática revolucionários. Culminou em 1917 na constitucionalização dos *ejidos* – terras comunais inalienáveis de posse e gestão coletiva.

Por sua vez, as ideologias vinculadas às lutas das classes trabalhadoras no mundo durante os séculos XIX e XX também encontraram no México ambiente para seu desenvolvimento (HART, 1978). O anarquismo, como parte do heterogêneo universo socialista moderno, deu origem a organizações importantes, como a pioneira “La Social”, inspirando a prática política de operários, camponeses e intelectuais. É de suma importância destacar que o anarquismo no México possuía muitos pontos de contato e convergência com as tradições comunistas das populações indígenas. Como parte hegemônica da cultura operária insurgente na transição do século XIX para o XX, veiculava valores como o internacionalismo, o antiautoritarismo, a autonomia e a ação direta, apontando para transformações sociais que eliminassem as formas de dominação política, econômica e ideológica, representadas historicamente pelo Estado, pelo Capital e pela Igreja.

Interessante observar que no México essas três correntes convergem em vários pontos, como no caso explícito do anticlericalismo, e de certa forma o agrarismo modula e organiza as manifestações mais capilarizadas e mobilizadoras do liberalismo e do anarquismo. Isso torna inteligível o peculiar trânsito de Ricardo Flores Magón, bem como

de outros atores revolucionários, do liberalismo ao anarquismo⁷, o qual também é coerente com as especificidades do próprio liberalismo mexicano e com o papel exercido por este campo ideológico durante o desencadeamento do processo revolucionário.

Aliás, do ponto de vista da agitação e do debate de ideias, são incontestáveis as funções desempenhadas pelo Partido Liberal Mexicano (PLM) e pelo jornal *Regeneración*, ambos parte da iniciativa, esforços e sacrifícios de Ricardo Flores Magón e seus companheiros mais próximos⁸, durante a gestação da Revolução Mexicana. Sob esse aspecto, os pontos de contato entre o anarquismo e a revolução durante sua etapa insurgente são significativos, vocalizando sua radicalização ao mesmo tempo que se apresentava como expressão dela.

O PLM foi fundado em 1901 em San Luis Potosí a partir das confluências de vários clubes liberais que floresceram no país no final do século XIX. Seu programa data de 1906 e foi elaborado no exílio, quando os membros da Junta Organizadora já se encontravam nos EUA. Esse documento pode ser considerado o que havia de mais avançado enquanto proposta política representativa dos grupos de oposição a Díaz no período, versando sobre temas como liberdades civis, direitos trabalhistas, reforma agrária, proteção aos indígenas e educação gratuita e universal. Não raro é considerado o texto-guia para a constituição mexicana de 1917.

O programa do PLM foi publicado e difundido a partir do jornal *Regeneración* – “jornal independente jurídico”, fundado em 1900 por Jesus Flores Magón, Ricardo Flores Magón e Antonio Horcasitas (estudantes oriundos da escola de jurisprudência). Foi este jornal que aproximou os irmãos Magón dos clubes liberais, e, uma vez no exílio, em 1905, Ricardo o reorganizou como “jornal independente de combate”, agora como porta-voz do PLM⁹.

A instalação do PLM e do jornal *Regeneración* nos EUA (em várias cidades ao longo da fronteira com o México, especialmente Los Angeles) foi decisiva para o

⁷ Não me parece uma premissa adequada pensar que o anarquismo é uma derivação lógica da radicalização do liberalismo (como propõe CORDOVA, 1991). Com isso perde-se de vista a especificidade do desenvolvimento do liberalismo no México, além de alimentar uma leitura abjeta e corrente em alguns meios marxistas que encaram o anarquismo como “desvio pequeno-burguês”.

⁸ Infelizmente o espaço não é propício para uma reconstituição dos laços de colaboração, conflitos e antagonismos entre as diversas figuras que nuclearam o ambiente de relações dos irmãos Flores Magón (Jesus, Ricardo e Enrique), como Librado Rivera, Antonio Villareal, Manuel Sarabia, Praxédis Guerrero e outros. Para mais detalhes, ver LOMNITZ (2016).

⁹ Para o exílio seguem apenas Ricardo e Enrique. Jesus permanece no México e se alinha às forças maderistas.

amadurecimento das posições políticas do grupo de militantes que os encabeçavam. Embora apenas por volta de 1910 o grupo tenha se assumido explicitamente como anarquista, bem antes se pode perceber a existência dessa tendência em seu seio.

As novas coordenadas sociais e geográficas dadas, se por um lado os isolavam das atividades políticas que reverberavam na capital mexicana e do contato cotidiano com as agitações no restante do país, por outro introduzia o efervescente e dinâmico elemento fronteiriço, que abria um universo de colaboração com a esquerda radical estadunidense e internacional, além do contato com trabalhadores *chicanos* e outros compatriotas que circulavam pelo sul dos EUA – região que até recentemente pertencia ao México.

O jornal foi editado de 1900 a 1918 (com vários intervalos de inatividade por causa da repressão ou da falta de recursos), chegando a ter não poucas vezes tiragens semanais que fluíam (depois de 1905) dos EUA para o México, através do serviço postal e de redes clandestinas. Aliás, a perseguição aos membros da Junta Organizativa do PLM do lado ianque era também sistemática. Os governos mexicano e estadunidense colaboravam através de espiões, policiais e agentes judiciários, conjugando ações ilegais e legais, tornando assim duríssima a vida deles, que se encontraram na maior parte do tempo sujeitos a grandes privações materiais ou no cárcere.

É nesse contexto que podemos localizar o fenômeno conhecido como “magonismo”. Como epíteto foi utilizado inicialmente pelas forças governamentais e imprensa da época para se referir aos “seguidores” de Ricardo Flores Magón e às ideias defendidas por ele, em sentido efetivamente pejorativo. Essa utilização do termo também se alimenta de um modo de enquadramento dos processos políticos que os vinculam às iniciativas dos “grandes homens”, os caudilhos. Devemos recordar que Ricardo Flores Magón foi extremamente crítico a essa tipificação das suas ideias e de seus companheiros de luta, entendendo-a como uma forma vil de personalismo. Isso pode ser observado em várias passagens do que deixou escrito. Em sua obra de teatro *Verdugos y Vitimas* é absolutamente enfático: “não sou magonista, sou anarquista!”

Não obstante, não podemos ignorar que, após o curso dos acontecimentos políticos, muitas personagens históricas se converteram em verdadeiros signos de determinados ideais, valores e projetos. E nesse sentido são apropriadas e ressignificadas por movimentos, lhes abrindo um repertório de sentidos e identidades. O magonismo assim se converteu em um dos espectros do anarquismo mexicano, sobrevivendo à revolução pela qual deu a vida (ABAD DE SANTILLÁN, 2011). Coisa semelhante

ocorreu com o zapatismo, recuperado mais recentemente no México, com a aparição pública do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 1994.

E claro, conseqüentemente, a reconstituição do sentido político de determinadas forças históricas reapropriadas socialmente pode inspirar o uso de certos recursos interpretativos do próprio processo revolucionário. Armando Bartra (1977), por exemplo, contribuiu para popularizar o entendimento do “magonismo” como uma corrente de pensamento e ação que antecipou e atravessou a Revolução Mexicana, amparando-se em três elementos: um jornal de combate (*Regeneración*), uma ideologia (liberalismo radical/anarquismo) e uma organização (PLM).

O uso desse expediente como “unidade de análise”, apesar dos inconvenientes teóricos e morais expostos anteriormente, pode ser de alguma valia para identificar e mapear uma constelação de outras personagens e organizações que compartilharam as mesmas coordenadas políticas, sociais e existenciais de Ricardo Flores Magón, constelação da qual, talvez, ele tenha sido mesmo uma expressão genuína, e entender assim parte das dinâmicas de desenvolvimento do anarquismo no México, especialmente sua relação com o processo revolucionário.

Um dos aspectos em que o uso do magonismo nesse sentido pode contribuir para identificar é o lugar ocupado pelas redes de solidariedade internacional durante o processo revolucionário. O internacionalismo não é apenas um princípio abstrato do anarquismo – é uma práxis que o tipifica como movimento. E a fronteira México-EUA é uma região *sui generis*, uma parte ambígua de delimitação de soberania territorial, além de espaço de trânsito permanente de trabalhadores oriundos dos dois lados. A atividade sindical dos *wobblies* – filiados à estadunidense Industrial Workers of the World (IWW) – nesse espaço, na qual se encontravam muitos militantes anarquistas, não respeitou fronteiras ou nacionalidades: daí tanto a incorporação de trabalhadores mexicanos “estrangeiros” à IWW nos EUA quanto a participação de sindicalistas estadunidenses em ações insurgentes no México.

Os exilados do PLM efetivamente foram muitas vezes tomados pelo sofrimento do desterro, porém, encontraram nessa condição um locus privilegiado de atuação que amplificava suas vozes no México e conferia sentido e alguma efetividade ao papel jogado pelo *Regeneración*, por inseri-lo em circuitos internacionais de luta e solidariedade que repercutiam em seu país. A partir daí, também puderam planejar ou colaborar com processos de agitação social e incursões armadas no território mexicano,

como foi o caso das greves de *Cananea* e *Río Blanco*, e a insurreição de *Baja Califórnia* (que flertou com a polêmica possibilidade de quase se tornar uma “República Socialista”) e de *Chihuahua*.

Outro elemento interessante para ser identificado nessa constelação libertária que poderia ser denominada magonista é o espaço de análise e ação destinado às mulheres. Historicamente, além das preocupações explícitas com as dinâmicas de dominação de gênero, o movimento anarquista pode ser considerado um terreno fértil para florescimento do protagonismo feminino nas lutas sociais. E a participação delas em várias etapas e espaços da luta revolucionária – discursando, organizando, financiando, escrevendo e pegando em armas, para além das atividades de cuidado tradicionalmente reservadas às mulheres, pode ser inferida, embora haja muito ainda a ser feito para trazer mais informações à superfície. O papel inestimável desempenhado por mulheres como Margarita Ortega, Rosaura Gortari, Juana Gutierrez de Mendoza, Blanca de Moncaleano, María Brousse, Lucía Norman, Ethel Duffy Turner e Elizabeth Darling Trowbridge são alguns dos poucos exemplos que podemos mencionar. E nas páginas do *Regeneración* e outros jornais do período, é impressionante o número de artigos assinados por companheiras mulheres (TREJO MUÑOZ, 2021).

É extremamente relevante também remeter ao tratamento dado à questão indígena durante o processo revolucionário pelo circuito magonista. A condição indígena no México, desde o período colonial, sempre foi objeto de agravada discriminação e repulsa por parte das elites. A independência e a república não resolveram a situação de pária à qual foi lançada a população nativa, que naquele país constitui um dos contingentes mais expressivos do mundo. O nacionalismo mexicano, nesse aspecto, foi muito perverso: flertou com um ideal aristocratizado de elementos notadamente imperiais da cultura asteca, mediado pela centralidade dos operadores “criollos” e brancos.

Outra observação interessante é que a ideologia agrária da revolução mexicana estava centrada no campesinato enquanto uma personificação genérica do pobre no campo, muitas vezes destituindo esses sujeitos dos seus qualificativos étnicos e, portanto, de sua condição indígena. É nesse contexto que as conexões entre o magonismo e a questão indígena se apresentam como singularmente reveladoras, antecipando muito daquilo que tornaria o peruano José Carlos Mariátegui um célebre do pensamento social latino-americano. Segundo Maldonado (2004), há três dimensões desse tema que mereceriam ser recuperadas. Primeiramente, o fato de que a própria família Flores Magón

reivindicava suas raízes originárias (possivelmente como descendentes dos *mazatecas* e *nahuas*). Em cartas e memórias, Ricardo e Enrique faziam muitas alusões a essas identificações, afinidades e sentido de pertencimento à cultura indígena. Ricardo apreciava muito a poesia *nahuatl* e conhecia o idioma.

Em segundo lugar, muitos indígenas tiveram intensa participação não apenas no processo revolucionário, mas integrando a própria estrutura organizativa do PLM, apoiando sua luta em seus territórios. Eram destacadas lideranças do partido o *yaqui* Javier Huitimea, o *mayo* Fernando Palomares e o *tarahuamara* Santana Perez. O PLM mantinha contato e colaboração com os *yaquis* no norte e os *popolucas*, *nahuas* e *mayas* no sul. Entre 1912 e 1913 se estabeleceu uma frutífera relação com Emiliano Zapata, cujo lema “Terra e Liberdade” era uma consigna lançada originalmente no jornal *Regeneración*. Aliás, a cultura política do “México insurgente” se constituiu a partir de vibrantes e inusitados antecedentes de luta e resistência indígena ao longo dos séculos que precederam a própria revolução.

E, por fim, a problemática indígena ocupava um lugar especial no projeto dos magonistas. Tanto no programa “moderado” de 1906 do PLM quanto em seu manifesto “radical” de 1911 era explícito o zelo com a restituição das terras e a defesa dos povos originários. Nas reflexões de Ricardo Flores Magón presentes no *Regeneración* e em suas correspondências, se observa uma leitura a respeito desse assunto que não se reduz à mera empatia filantrópica e ao preservacionismo etnológico. Seja por conhecimento direto e vivência nos *pueblos* de Oaxaca, seja por contato com a literatura sociológica e antropológica de seu tempo (e a influência de Kropotkin em seu pensamento se faz notar), ele insistia na centralidade de um elemento fundamental que compunha a condição indígena no México para o sucesso do projeto anarquista: a *comunalidade*. Os povos indígenas e as camadas populares, que ainda estavam sob influência de seus valores, usos e costumes, representariam uma parcela da humanidade que logrou manter vivos certos padrões de relações sociais, pautados nas dinâmicas de reciprocidade e de apoio mútuo, cada vez mais domesticados e subsumidos pela sociabilidade estatal e capitalista. É nesse sentido que a conjugação de elementos como território, trabalho coletivo, poder comunitário e usufruto da propriedade comum confluíam de maneira extraordinária com muitos aspectos do horizonte emancipatório libertário, oferecendo recursos morais e imperativos práticos indispensáveis para o sucesso de um projeto revolucionário antiautoritário. Pode-se dizer que o anarquismo encontrou entre os povos indígenas

evidências empíricas e afinidades que davam lastro às suas críticas e propostas mais ousadas: nesse sentido, as inclinações para o uso comum da terra, o trabalho cooperativo e o ódio à autoridade tornariam o povo mexicano apto ao comunismo anárquico.

O complexo processo insurgente que recebeu o nome de Revolução Mexicana pode não ter canalizado as energias populares que foram despertadas do seio telúrico da plebe, no sentido de realização de um projeto de emancipação como desejava Ricardo Flores Magón e os anarquistas. Lamentavelmente, ela parece partilhar de uma certa condição nostálgica de revolução social inconclusa e abortada (GILLY, 1980), que também não pode ser reduzida a uma mera revolução política, pois sua rotinização dolorosa, morosa e traumática resultou na concessão de parcelas de poder ao campesinato ao admitir o reparto agrário como seu núcleo constitutivo. Daí uma das origens do Estado corporativo mexicano. Tais contradições são partes inerentes da delicada disputa de sentidos e alcances de toda luta revolucionária, que evidentemente, e como ensinou Proudhon, nunca termina. Podemos perceber o quanto Ricardo Flores Magón comunga dessa intuição:

Não é possível predizer até onde poderá chegar a obra reivindicadora da próxima revolução, mas se nós, os combatentes de boa-fé, tivermos o propósito de avançar o mais longe possível por esse caminho; se, ao empunharmos o *winchester*, vamos decididos, não à elevação de outro amo, mas à reivindicação dos direitos do proletariado; se levarmos ao campo da luta armada o empenho de conquistar a liberdade econômica, que é a base de todas as liberdades, que é a condição sem a qual não há liberdade alguma; se tivermos esse propósito, orientaremos o próximo movimento popular por um caminho digno desta época; entretanto, se o afã de triunfar facilmente, se por querer abreviar a contenda, retirarmos de nossas tendências o radicalismo que as faz incompatíveis com os partidos claramente burgueses e conservadores, então, teremos feito obra de bandidos e assassinos, porque o sangue derramado só servirá para dar mais força à burguesia, isto é, à casta possuidora de riquezas, que, depois do triunfo, tornará a colocar as correntes no proletariado com cujo sangue, sacrifício e martírio, ganhou o poder (FLORES MAGÓN, 1910).

Referências

ABAD DE SANTILLÁN, Diego. *Ricardo Flores Magón. El apóstol de la Revolución Social Mexicana*. Buenos Aires: Anarres, 2011.

BARTRA, Armando. “Prólogo”. In: *Regeneración. 1900-1918. La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a 1918 a través de su periódico de combate*. México: ERA, 1977.

BATALLA, Guilherme Bonfil. *México profundo: uma civilização negada*. Brasília, UnB, 2019.

COCKCROFT, James. *Precursores Intelectuales de La Revolución Mexicana (1900-1913)*, México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1981.

CORDOVA, Arnaldo. *La Ideología de La Revolución Mexicana – La Formación del nuevo Régimen*, México, D.F.: ERA, 1991.

FLORES MAGÓN, Ricardo. “La Guerra Social”. *Regeneración*, 11 de febrero de 1911. Disponível em: <http://archivomagon.net/wp-content/uploads/e4n24.pdf>. Acessado em: 02/04/2022.

FLORES MAGÓN, Ricardo. “La Revolución”. *Regeneración*, 19 de noviembre de 1910. Disponível em: <http://archivomagon.net/wp-content/uploads/e4n12.pdf>. Acessado em: 02/04/2022.

GILLY, Adolfo. *Revolución Interrumpida: Una Guerra Campesina por Tierra y El Poder*. México: Ediciones “El Caballito”, 1980.

HART, John. *Anarchism and mexican working class (1860-1931)*. Austin: University of Texas Press, 1978.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LOMNITZ, Claudio. *El regreso del camarada Ricardo Flores Magón*. México: Era, 2016.

MALDONADO, Benjamin. *La utopia magonista*. México: Colegio de Investigaciones en Educación de Oaxaca, 2004.

REED, John. *México Rebelde*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1985.

SAMSONOV, Dmitri Prieto. *Transdominação no Haiti (1791-1826)*. São Paulo: Entremares, 2020.

TREJO MUÑOZ, Ruben (comp). *Las magonistas (1900-1932)*. México: Quinto Sol, 2021.

TURNER, John Keneth. *Barbarous Mexico*. Chicago: Charles Kerr and Sons, 1911.

Publicado originalmente em: Silvério, Beatriz et al. *Infatigável guerrilheira: Margarita Ortega Valdés na Revolução Mexicana*. São Paulo: Tenda de Livros, 2022.

Publicado no Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) em 15/05/2024